



## ESTADOS UNIDOS

Equipe do presidente eleito comemora decisão do tribunal de postergar pena em caso de compra do silêncio da ex-atriz pornô Stormy Daniels. Advogados do republicano chegaram a tentar arquivamento. Ex-procurador vê indícios de condenação futura

# Justiça adia sentença de Trump sobre suborno

Uma “vitória decisiva”. Para a equipe do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, 78 anos, este foi o peso da decisão do juiz Juan Merchan, ao anular indefinidamente a sentença sobre o caso envolvendo o pagamento de suborno à ex-atriz pornô Stormy Daniels. A leitura da pena estava prevista para a próxima terça-feira. O magistrado também aceitou que a defesa apresente um recurso antes de 2 de dezembro para arquivar o caso. “Em uma vitória decisiva para o presidente Trump, o caso Manhattan ficou totalmente suspenso e a sentença foi adiada”, comemorou Steven Cheung, diretor de comunicação do magnata republicano. “O povo americano emitiu um mandato para devolvê-lo ao cargo.”

Cheung denunciou várias “farsas judiciais” contra seu cliente. Por sua vez, Trump tem reiterado que os processos aos quais responde na Justiça fazem parte de uma “caça às bruxas”. Em maio passado, Trump foi declarado culpado pelo tribunal por 34 acusações de “falsificação contábil agravada” no pagamento de US\$ 130 mil (cerca de R\$ 420 mil à época) para Stormy Daniels. Em troca, ele teria exigido silêncio sobre uma suposta relação extraconjugal em 2006, segundo a acusação. O magnata sempre negou qualquer envolvimento amoroso com a ex-atriz.

De acordo com os promotores, o pagamento visava ocultar da mídia o escândalo, que teria potencial de causar danos à sua campanha presidencial em 2016, quando Trump chegou à Casa Branca pela primeira vez, após vencer a democrata Hillary Clinton.

A estratégia da defesa de Trump tem sido a de evitar qualquer sentença contra o republicano antes da cerimônia de posse, em 20 de janeiro de 2025. Sua vitória nas eleições de 5 de novembro colocou a Justiça em uma situação inédita.

Ex-procurador federal para o Distrito Sul de Nova York, Roland Riopelle disse ao **Correio** que a comunidade jurídica esperava essa decisão da Corte. “Acredito que o juiz Merchan adiou a sentença até depois de Trump concluir o seu mandato, por acreditar que a decisão seria indevidamente afetada pelo fato de ele ser presidente. Pode ser um sinal sério de que Merchan pensa em setenciar Trump à prisão. Os EUA não poderiam funcionar bem com um presidente na cadeia.” Riopelle aposta que os casos federais contra o republicano serão rejeitados pelo Departamento de Justiça.

### Suspensão

O promotor de Manhattan, Alvin Bragg, se disse aberto, na terça-feira, a uma “suspensão” dos procedimentos

Seth Wenig/AFP



Trump durante julgamento na Corte Penal de Manhattan, em maio: alívio na Justiça

devido às “circunstâncias sem precedentes” provocadas pela eleição de Trump à Casa Branca. Em consonância com o posicionamento dos advogados de defesa, Bragg reconheceu que deveria ser

considerada a possibilidade de suspender todos os processos “até o fim do mandato” do 47º presidente dos EUA.

O caso de Nova York foi o único dos quatro processos abertos a fazer com

que Trump se sentasse no banco dos réus, tornando-se o primeiro ex-presidente americano a ser condenado.

Outros processos judiciais estão pendentes. Jack Smith, o promotor especial nomeado para investigar e acusar Trump em dois casos federais, pediu prazo até 2 de dezembro para “determinar os passos apropriados de acordo com a política do Departamento de Justiça”, que há meio século adota a política de não investigar um presidente em exercício.

Como consequência, os casos sobre a tentativa de Trump de reverter os resultados da eleição de 2020 em 6 de janeiro de 2021 e sobre a gestão de documentos confidenciais após deixar a Casa Branca estão, por enquanto, aguardando uma decisão sobre seu arquivamento definitivo ou uma suspensão durante os quatro anos do mandato presidencial.

### Procuradora-geral

Ontem, um dia depois de o ex-deputado Matt Gaetz desistir da nomeação como procurador-geral, Trump escolheu a advogada Pam Bondi para o posto. Ela o defendeu durante o processo de impeachment em seu primeiro mandato e promoveu suas falsas acusações de fraude eleitoral quando ele tentava permanecer na Casa Branca.

## NICARÁGUA

# Poder total a Ortega e sua esposa

O Congresso da Nicarágua aprovou uma reforma constitucional que concede ao presidente Daniel Ortega e à sua esposa, Rosario Murillo, na função de “copresidente”, um controle absoluto sobre os poderes do Estado. A Assembleia Nacional (Legislativo), controlada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN, esquerda), aprovou “por unanimidade” a iniciativa apresentada na terça-feira pelo presidente, anunciou o chefe do Parlamento, Gustavo Porras, perante o plenário.

A polêmica reforma amplia o mandato presidencial de cinco para seis anos e confirma o poder que Murillo tem ao igualá-lo ao de Ortega, pois eleva seu status de vice-presidente para o de

copresidente. O texto concede, ainda, poder total ao Executivo, pois estabelece que os copresidentes vão coordenar “os órgãos legislativo, judiciário, eleitoral, de controle e fiscalização, regionais e municipais”, antes reconhecidos pela Constituição como independentes.

Ortega, um ex-guerrilheiro de 79 anos que governou a Nicarágua na década de 1980, após a vitória da revolução sandinista, voltou ao poder em 2007. Desde então, segundo seus críticos, instaurou uma “ditadura” e o “nepotismo” ao lado de sua esposa, seis anos mais jovem.

“A reforma formaliza a decisão de garantir a sucessão presidencial de Murillo e seu filho Laureano Ortega”, declarou à agência France-Presse Manuel Orozco,

analista nicaraguense do think tank Diálogo Interamericano, ao mencionar que os copresidentes poderão nomear algum de seus filhos como vice-presidente, antes de um cargo de eleição popular.

Ambos radicalizaram as posturas e aumentaram o controle sobre a sociedade após os protestos de 2018, cuja repressão deixou 320 mortos, de acordo com a ONU. O governo considerou as manifestações como uma tentativa de golpe patrocinada por Washington.

Na reforma, a Nicarágua é definida como um Estado “revolucionário” e “socialista” e inclui entre os símbolos nacionais a bandeira da FSLN, antiga guerrilha sob cujo comando uma insurreição derrubou o ditador Anastasio Somoza, em 1979.

Maynor Valenzuela/AFP



Daniel Ortega e Rosario Murillo, que passa a ser copresidente: domínio absoluto

## Conexão diplomática



por Silvio Queiroz  
silvioqueiroz.df@gmail.com

# Agenda para 2025 tem a cara de Trump

Ainda a dois meses de tomar posse, o presidente eleito dos EUA é peça incontornável no quebra-cabeça da diplomacia brasileira para mais um ano à frente de centros nevrálgicos na estratégia para a construção de uma ordem global multipolar. Em janeiro, o país assume a presidência rotativa do Brics, que terá como assunto central a sequência da ampliação do bloco. Em novembro de 2025, Belém recebe a COP-30, conferência da ONU dedicada a combater o aquecimento global e enfrentar a crise climática.

Em ambas as frentes, a figura de Donald Trump será incógnita decisiva para resolver as equações que desafiam a política externa traçada por Lula e pelo assessor especial Celso Amorim. Desde que retornou ao Planalto para o terceiro mandato, o presidente entrou em campo para engatar o país no trilho da inserção internacional, de onde tinha sido retirado, na prática, por Jair Bolsonaro.

Cumprida a primeira metade do quadriênio, o Brasil concluiu com sucesso a presidência do G20, que saiu da cúpula do Rio com a divulgação de uma declaração final de consenso — pela primeira vez desde o início da guerra na Ucrânia. Em 2025, porém, o regresso do bilionário republicano à Casa Branca será fator limitante para a escolha dos passos a serem dados na frente externa.

### Tijolo com tijolo

O tom das considerações pôde ser entrevistado na atuação brasileira na recente cúpula do Brics, na cidade russa de Kazan. A postura cautelosa quanto à incorporação de novos membros contrastou fortemente com o impulso decisivo dado ao processo pelo anfitrião, Vladimir Putin, e pelo colega chinês, Xi Jinping. Lula, impedido de viajar por um acidente doméstico no Alvorada, enviou o chanceler Mauro Vieira como representante oficial, mas orientou

Amorim nas manobras de bastidores.

Causou mais rumor a articulação, até aqui bem-sucedida, para breçar a inclusão da Venezuela no grupo de candidatos a “países parceiros”. Mas, no conjunto, a delicada operação em Kazan resultou na ausência de uma nova ampliação, depois da incorporação de cinco novos membros plenos, aprovada em 2023 na África do Sul. Extra-oficialmente, circulou em Kazan uma lista de 13 candidatos a parceiros. A modalidade para efetivá-los será definida no ano que vem, com o Brasil na batuta.

### Caminho do meio

Por trás das dissonâncias quanto ao alargamento do bloco estão as reservas do Planalto e do Itamaraty quanto à disposição de Vladimir Putin para fazer do Brics um contraponto geopolítico ao que denomina como o “Ocidente coletivo” — os EUA e seus aliados na Europa e Ásia. Em menor medida, e com

propósitos algo distintos, também Xi Jinping aposta na incorporação de mais sócios — com potencial para se integrarem também ao ambicioso projeto da Nova Rota da Seda, rampa de lançamento do regime comunista para confrontar diretamente a hegemonia norte-americana.

A China, mais do que a Rússia, é precisamente o “malvado favorito” na imprevisível abordagem externa de Donald Trump. E os nomes anunciados para a equipe de segurança e defesa sugerem claramente que a contenção de Pequim será prioridade. Em particular, a escolha do secretário de Estado fala por tabela ao governo brasileiro: o senador Marco Rubio, de origem cubana e feroz anticomunista, sinaliza marcação cerrada sobre a crescente movimentação chinesa na América Latina.

### Café com leite

Se a estratégia externa de Lula e Amorim se mostra cuidadosa no âmbito do Brics, a coreografia encenada na cúpula do Rio teve lugar para um elaborado pas-de-deux entre Lula e Xi.

Na sequência da passagem pelo Rio, à frente de uma comitiva imponente, o presidente chinês seguiu para Brasília em visita de Estado. Assinou 37 acordos de cooperação em diferentes áreas, incluindo iniciativas de infraestrutura. Mas não dobrou, por ora, a resistência do Brasil a associar-se formalmente à Iniciativa Cinturão e Rota.

Dessa posição de aproximação prudente, como a da criança que acompanha a brincadeira, mas não entra nela para valer — o chamado “café com leite” —, o governo brasileiro assistiu a uma exibição inequívoca dos planos de Xi para a vizinhança imediata. A caminho do Rio, ele participou no Peru de reunião do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico. Aproveitou para inaugurar o gigantesco porto de Chancay, construído com capital chinês para servir como avenida aberta para o comércio com a América do Sul.

O pacote de acordos firmados em Brasília não contempla o financiamento da ligação transoceânica, antiga aspiração no terreno da infraestrutura e logística — justamente o cerne das obras contempladas pela Nova Rota.